



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

1 Ata da IV sessão extraordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para às treze
2 horas e trinta minutos do dia 30 de abril de dois mil e vinte e seis e realizada no Auditório 005,
3 Bloco Beta, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Alameda da Universidade, s/nº,
4 Bairro Anchieta, São Bernardo do Campo - SP. A reunião foi presidida pela professora
5 Fernanda Graziella Cardoso, Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença dos seguintes
6 membros: Alexei Magalhães Veneziani, Vice-diretor do Centro de Matemática, Computação e
7 Cognição (CMCC); Antônio Álvaro Ranha Neves, Coordenador do curso de Bacharelado em
8 Física; Arthur Caldeira Silva Leão, Representante suplente discente; Bruna Nicolli Ramirez,
9 Coordenadora do curso de Bacharelado de Ciência e Tecnologia (BC&T); Carolina Bezerra
10 Machado, Coordenadora do curso de Licenciatura em História; Claudinei Eduardo Biazoli
11 Júnior, Coordenador do curso de Bacharelado em Neurociência; Danilo Trabuço do Amaral,
12 Coordenador do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Elias David Morales Martinez,
13 Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Evonir Albrecht, Vice-
14 coordenador pro tempore do curso de Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e
15 Artes (LEILA); Fernando Augusto Silva, Vice-coordenador do curso de Licenciatura em
16 Física; Fernando Costa Mattos, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Gabriel
17 Almeida Antunes Rossini, Vice-diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências
18 Sociais Aplicadas (CECS); Helói Francisco Gentil Genari, Vice-coordenador do curso de
19 Engenharia de Informação; Isabel Coronel da Silva, Representante titular técnico-
20 administrativo; João Lameu da Silva Júnior, Coordenador do curso de Engenharia Biomédica;
21 José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior, Coordenador pro tempore do curso de Licenciatura em
22 Geografia; Lucia Helena Gomes Coelho, Coordenadora do curso de Engenharia Ambiental e
23 Urbana; Luiz Antônio Celiberto Júnior, Vice-coordenador do curso de Engenharia de
24 Instrumentação, Automação e Robótica; Marcelo Tanaka Hayashi, Coordenador do curso de
25 Engenharia Aeroespacial; Marcelo Zanotello, Vice-diretor do Centro de Ciências Naturais e
26 Humanas (CCNH); Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Coordenadora do curso de
27 Licenciatura em Ciências Urbanas; Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda, Vice-
28 coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Mirela Inês de Sairre,
29 Coordenadora do curso de Bacharelado em Química; Nyla Gabrielly Silva Dias, Representante
30 titular discente; Patrícia Maria de Jesus, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em
31 Planejamento Territorial; Paulo Roberto de Oliveira, Coordenador do curso de Bacharelado em
32 Ciências Econômicas; Rafael de Santos de Oliveira Alves, Coordenador do curso de
33 Bacharelado em Matemática; Regimeire de Oliveira Maciel, Coordenadora do curso de
34 Licenciatura em Educação do Campo; Renata Simões, Coordenadora do curso de Bacharelado
35 em Ciências Biológicas; Ronaldo Cristiano Prati, Coordenador do curso de Bacharelado em
36 Ciências de Dados; Samon Noyama, Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia;
37 Suzana de Siqueira Santos, Vice-diretora do curso de Bacharelado em Ciência da Computação;
38 Thais Tartalha do Nascimento Lombardi, Coordenadora do curso de Bacharelado de Ciências
39 e Humanidades (BC&H); Vânia Trombini Hernandez, Coordenadora do curso de Engenharia
40 de Materiais; Vivilí Maria Silva Gomes, Vice-coordenadora do curso de Licenciatura em
41 Matemática; **Ausentes:** Carlos Eduardo Gianetti, Representante titular técnico-administrativo;
42 Claudia Regina Vieira, Coordenadora pro tempore do curso de Licenciatura em Pedagogia;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

43 Maisa Helena Altarugio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e
44 Exatas; Marcelo Modesto da Silva, Coordenador do curso de Engenharia de Energia; Paulo de
45 Ávila Júnior, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Sérgio Amadeu da Silveira,
46 Coordenador do curso de Bacharelado em Políticas Públicas; Sérgio Ricardo Lourenço,
47 Coordenador do curso de Engenharia de Gestão. **Não votantes:** Bruna Daniele Silva dos
48 Santos, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE); Carolina Benetti, Divisão de
49 Planejamento e Alocação Didáticos (DPA); Cesar Monzu Freire, Pró-Reitor Adjunto de
50 Graduação; Rodrigo Roque Dias, Divisão de Planejamento e Alocação Didáticos (DPA); Tânia
51 Cristina Dória, Representante suplente técnico-administrativa. **Apoio administrativo:** Denis
52 Yoshio Nakaya e Thiago Sales Barbosa, Assistentes em Administração, e Thiago Vinícius
53 Pereira Graciano de Souza, Estagiário. Professora Fernanda cumprimentou a todos e deu início
54 à sessão às treze horas e quarenta e três minutos. **Informes da Presidência:** Professora
55 Fernanda iniciou apresentando o professor Raphael Camargo, mencionando que ele
56 acompanharia esta sessão e a de maio, pois a partir de junho ele assumirá a Pró-Reitoria de
57 Graduação, junto à professora Giselle Watanabe. Também fez um agradecimento ao servidor
58 Thiago Barbosa pela sua contribuição à Pró-Reitoria de Graduação durante muitos anos. A
59 partir do dia 1º de maio o servidor passará a integrar a equipe da Pró-Reitoria de Extensão e
60 Cultura. Em seguida, passou aos informes da pauta. 1) Planejamento de oferta didática - DPA.
61 Professor Rodrigo informou que, após a definição do padrão de horários para 2027, os esforços
62 estão concentrados na elaboração das ofertas de disciplinas e ajustes relacionados ao ingresso
63 de 2027. Pediu desculpas pela demora nas respostas aos e-mails, devido ao volume de trabalho
64 e à redução da equipe. Professora Carolina Benetti complementou que a DPA está fazendo o
65 planejamento para 2027. Mencionou os prazos para as coordenações: 29 de julho é o prazo
66 para os ajustes finais do Q3, com alteração de professor, fechamento, cancelamento de turma
67 e todos os ajustes necessários. No dia 20 de julho o sistema de alocação será aberto para
68 inclusão das turmas de 2027 e será fechado no dia 21 de agosto. As coordenações receberão
69 um e-mail com o planejamento no final de maio ou início de junho. Informou que haverá
70 capacitação para as novas coordenações de curso sobre o sistema de alocação de disciplinas.
71 Também comunicou que turmas com número muito baixo de matrículas terão redução no
72 número de vagas e eventual remanejamento para salas menores, visando melhor
73 aproveitamento dos espaços físicos. Coordenações que desejarem manter turmas em auditórios,
74 mesmo com baixa matrícula, deverão informar previamente. 2) Boletim de Graduação nº
75 4/2026. Professora Fernanda apresentou o Boletim de Graduação referente às diplomações de
76 2025. Dados gerais: foram concedidos 1.766 diplomas; 1.682 estudantes diplomados. Nos
77 cursos interdisciplinares de ingresso, 812 diplomas foram concedidos ao BC&T e 290 ao
78 BC&H. Destacou que o BC&H apresenta taxa de formação superior a 80% de seus
79 ingressantes, enquanto o BC&T registra cerca de 55%, indicando maior retenção. As
80 licenciaturas interdisciplinares ainda apresentam índices inferiores, reflexo das dificuldades
81 enfrentadas durante o período da pandemia, quando esses cursos iniciaram. Nos cursos de
82 formação específica, foram concedidos 651 diplomas, distribuídos entre engenharias,
83 bacharelados e licenciaturas. Perfil dos diplomados: 43,3% dos formados tinham entre 24 e 26
84 anos; 42% ingressaram por modalidades de reserva de vagas; houve diplomação de estudantes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

85 ingressantes por políticas voltadas a pessoas transgêneras, refugiadas e também uma pessoa
86 com mais de 60 anos. A Professora Fernanda apresentou a série histórica das diplomações entre
87 2016 e 2025, evidenciando queda durante a pandemia e recuperação gradual a partir de 2022.
88 Desde a primeira colação de grau, em 2010, até o final de 2025, 19.845 diplomas foram
89 concedidos; 12.179 estudantes foram diplomados; 4.958 estudantes receberam um diploma;
90 600 receberam dois; 409 receberam três; 16 receberam quatro; e 2 receberam cinco diplomas.
91 Concluiu informando que esse Boletim é divulgado no site da Pró-Reitoria de Graduação e em
92 breve a ACI também fará divulgação nas redes sociais da UFABC. O próximo Boletim deverá
93 ser divulgado em meados de julho ou agosto, com as informações sobre o ingresso de 2026. 3) Cronograma de revisão dos PPCs das Licenciaturas Específicas. Professora Fernanda informou
94 que, devido às novas Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas, houve necessidade
95 de adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. As licenciaturas interdisciplinares já foram
96 atualizadas, restando a adequação das licenciaturas específicas. O prazo estabelecido para
97 conclusão das atualizações é agosto de 2026. Explicou que a medida visa evitar indefinições
98 quanto à aplicação das novas regras para estudantes ingressantes em 2026. Também informou
99 que continuam ocorrendo discussões nacionais sobre flexibilizações nas novas diretrizes,
100 especialmente em relação à obrigatoriedade de estágio desde o primeiro período e à exigência
101 de realização de extensão apenas em espaços formais da Educação Básica. Enquanto não
102 houver alteração normativa, os cursos deverão seguir a tramitação normalmente. 4) Greve e
103 impacto nas disciplinas. Professora Fernanda informou que ainda não havia definição sobre o
104 encerramento da greve. Cerca de 400 turmas foram impactadas no Q1, embora menos de 10
105 tenham sido totalmente interrompidas. As turmas inviabilizadas serão canceladas e
106 reprogramadas ao longo do ano, conforme disponibilidade de docentes e espaços. Informou
107 também que aproximadamente 400 turmas do segundo quadrimestre podem ser impactadas,
108 incluindo 56 turmas de “Base Experimental das Ciências Naturais” voltadas aos ingressantes.
109 A situação seguirá sendo monitorada em conjunto com as Direções de Centro. **Informes dos**
110 **membros:** Professora Bruna fez um convite para a atividade de recepção dos estudantes
111 ingressantes, prevista para 18 de maio, no Piso Vermelho, campus Santo André. A atividade
112 está aberta também aos familiares dos ingressantes. A proposta busca ampliar a integração dos
113 ingressantes com a Universidade e com os estudantes veteranos e incentivar ações de extensão.
114 **Expediente.** 1) Proposta de Resolução que revoga e substitui a Resolução CG nº 12/2016, que
115 regulamenta as normas para a realização de estágio não obrigatório dos cursos de graduação, e
116 a Resolução CG nº 14/2017, que altera a Resolução CG nº 12/2016. Professora Fernanda
117 lembrou que houve uma mudança na Pró-Reitoria de Graduação, que foi a criação da Divisão
118 de Estágios da Graduação. Esta Divisão foi criada em decorrência de uma Resolução aprovada
119 no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre a nova política de estágios da UFABC. Esta
120 Resolução, anteriormente, passou pela Comissão de Graduação. Com a criação dessa nova
121 Divisão, boa parte das normas e dos fluxos que estavam previstos nas resoluções vigentes
122 ficaram defasados, havendo a necessidade de atualizar essas resoluções. E também devido às
123 novas Diretrizes Curriculares das Licenciaturas, será necessário passar pela CG a atualização
124 da resolução de estágios das licenciaturas. As principais alterações incluem: definição mais
125 clara das atribuições de orientadores e supervisores; centralização dos procedimentos
126



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

127 administrativos na Divisão de Estágios; esclarecimento de que convênios com empresas não
128 são obrigatórios, embora recomendados; detalhamento sobre acompanhamento e avaliação dos
129 estagiários. Professora Fernanda abriu para manifestações. Professora Renata Simões relatou
130 que a maioria das solicitações que recebe por e-mail é de estudantes pedindo para assinar seu
131 formulário de estágio (carta de aceite). Manifestou dúvida se seria nessa nova Resolução em
132 que constariam as competências do orientador para avaliar o plano de atividades, a
133 compatibilidade do estágio com o horário de aula, quando os alunos precisam de orientação e
134 não constam essas informações sobre o plano de atividade e sobre a carga semanal de trabalho
135 etc. Professora Vânia expressou dúvida sobre qual é a responsabilidade do docente quando ele
136 assina o formulário de estágio. Questionou se os docentes irão receber todas as orientações.
137 Professor Antônio sugeriu substituir, no texto da Resolução, os termos “aluno” e “professor”
138 para “discente” e “docente”. A sugestão foi acatada. Sugeriu, no Art. 8º, que o professor
139 orientador pertença à plenária do Curso de Formação Específica, para alinhar o estágio não
140 obrigatório com o Projeto Pedagógico do Curso. Professora Fernanda respondeu sobre a
141 questão da compatibilidade de horário: lembrou que, caso o estudante passe a estagiar, há
142 uma regra na resolução de matrículas estabelecendo que ele pode alterar o turno das disciplinas
143 em que está matriculado. Essa compatibilidade também tem a ver com o fato de que o estudante
144 não pode ter um regime de carga horária maior do que 30 horas. Com relação ao plano de
145 atividades, essa deve ser a primeira informação a ser passada pelo estudante, para o docente ter
146 condições de responder se poderá ou não orientar o estágio. Quanto ao procedimento
147 administrativo, passou a palavra à servidora Maria Estela, chefe da Divisão de Estágios, para
148 explicar. Maria Estela explicou que, no caso do estágio não obrigatório, a Divisão deixa o
149 estudante livre para escolher o orientador. O estudante precisa ter a documentação: termo de
150 compromisso e plano de atividades. Ele deverá apresentar essa documentação ao docente, para
151 ver se este aceita orientá-lo. Havendo o aceite, o estudante deverá encaminhar a documentação
152 assinada à Divisão de Estágios, via Central de Serviços, para análise. Professor Cesar
153 complementou que nenhum coordenador de curso e nenhum orientador de estágio deve assinar
154 qualquer documento das empresas. Os únicos documentos que o docente assina são a carta de
155 aceite, no início do estágio, e o relatório, ao final. Professora Renata Simões expôs uma dúvida
156 em relação ao Art. 7º, que dispõe sobre o acompanhamento efetivo de um docente orientador.
157 Disse haver um problema em relação ao Art. 10, que dispõe sobre relatórios parciais. Se o
158 estágio é de até seis meses, deve haver pelo menos um relatório até o final do estágio. Se tem
159 uma duração maior, deve haver um relatório a cada seis meses. Questionou se o docente deveria
160 receber essa informação antes de aceitar o estágio. Pois para haver um acompanhamento efetivo
161 é preciso que o orientador esteja bem próximo de seu orientado. Professor Rafael Alves sugeriu,
162 no Art. 8º, inciso VI, parágrafo único, substituir a expressão “do mesmo” no trecho “deve fazer
163 a avaliação do mesmo”, por “deve fazer a avaliação do relatório”. Sugestão acatada. Maria
164 Estela respondeu à professora Renata que a lei estabelece que o estudante deve apresentar o
165 relatório no prazo não superior a seis meses. Ele pode estagiar numa mesma empresa até dois
166 anos, então deve apresentar o relatório pelo menos a cada seis meses. A maioria dos estagiários
167 deixa para apresentar o relatório somente no final do estágio, cujo contrato pode ter a duração
168 de um ou dois anos. Então cabe ao orientador cobrar de seu orientando o relatório no prazo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

169 estabelecido. Professor Cesar informou que, a médio prazo, tudo estará implementado no
170 SIGAA para que cada docente consiga acompanhar melhor o andamento dos estágios de seus
171 orientandos. Professora Fernanda retomou a sugestão do professor Antônio sobre o orientador
172 pertencer à plenária do curso, deixando a cargo da Comissão de Graduação se deve ou não
173 acatar. Professor Alexei disse não ver necessidade de que o docente orientador seja da plenária
174 do curso de seu orientando. Opinou que o ônus de incluir essa exigência na Resolução seria o
175 discente de um curso de alta demanda não encontrar um orientador. Maria Estela
176 complementou que exigir que o orientador seja da plenária do curso poderia inviabilizar essa
177 orientação. Como a proposta do professor Antônio não foi secundada, o texto foi mantido como
178 está. Encerradas as manifestações, Professora Fernanda propôs promover o ponto à Ordem do
179 Dia. Secundada a proposta, na Ordem do Dia, sem outras manifestações, colocou em votação
180 a proposta de Resolução, sendo aprovada com três abstenções. 2) Propostas de criação e
181 alteração de disciplinas da Engenharia Biomédica. Professor João Lameu iniciou apresentando
182 os ajustes de TPEI para as disciplinas “Caracterização Biológica de Dispositivos Médicos”,
183 “Caracterização de Biomateriais” e “Engenharia de Tecidos”. São adequações para deixar, em
184 alguns casos, os créditos pares, para facilitar a alocação. Outra alteração é ajuste de ementa das
185 disciplinas “Ciência dos Materiais Biocompatíveis”, que não é mais obrigatória do curso,
186 “Gestão de Tecnologia Hospitalar” e “Instalações Hospitalares”. Alteração na bibliografia:
187 “Técnicas Modernas em Fotodiagnóstico” e “Técnicas Modernas em Fototerapia”. A proposta
188 também é de criação de quatro novas disciplinas de opção limitada com temas importantes para
189 a formação dos engenheiros biomédicos: “Avaliação de Tecnologias em Saúde”,
190 “Fundamentos de Ultrassom”, “Introdução à Programação Avançada para Engenharia” e
191 “Tópicos Avançados em Biomateriais Metálicos”. Professora Fernanda abriu para
192 manifestações. Professor Cesar sugeriu tornar mais ampla a ementa da disciplina “Introdução
193 à Programação Avançada para Engenharia”, retirando os objetivos muito direcionados à área
194 biomédica, podendo, assim, a disciplina fazer parte do rol de OL da Engenharia Aeroespacial.
195 A sugestão foi acatada. Não havendo outras manifestações, professora Fernanda propôs
196 promover o ponto à Ordem do Dia. Secundada a proposta, na Ordem do Dia, sem outras
197 manifestações, colocou em votação a proposta, sendo aprovada com uma abstenção. 3)
198 Proposta de Formulário de Avaliação de Curso, de acordo com a Resolução CG nº 34/2025.
199 Professora Fernanda lembrou que, quando foi aprovada esta Resolução no ano passado, foi
200 criado um Grupo de Trabalho responsável pela apresentação de propostas de novos
201 formulários, tanto de avaliação de disciplinas quanto de avaliação de curso. Até aquele
202 momento, a avaliação de curso não era normatizada e passou a sê-lo pela mesma Resolução
203 que normatiza a avaliação de disciplinas. Os novos formulários de avaliação de disciplinas
204 foram aprovados pela Comissão de Graduação e serão aplicados a partir deste ano. Informou
205 que nesta sessão seria apresentada a proposta de formulário de avaliação de curso, para ser
206 discutida pela CG. Passou a palavra à professora Carolina Bezerra, presidente do GT.
207 Professora Carolina explicou que a ideia do novo formato de formulário é poder reduzir o
208 número de questões que estava em excesso, tornando-o mais objetivo. Também, substituir
209 escalas excessivamente subjetivas por respostas diretas e manter espaços para comentários
210 qualitativos. O formulário passou a abordar: clareza dos projetos pedagógicos; adequação da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

211 matriz curricular; atuação das coordenações; infraestrutura; laboratórios; apoio administrativo;
212 suporte técnico; participação docente e discente nos processos decisórios. Professora Fernanda
213 abriu para as manifestações. Professor Marcelo Tanaka observou que esse questionário novo
214 traz mais objetividade. Disse não entender o significado do “O”, constante na escala de “A a
215 O”. Sugeriu, na pergunta sobre o PPC, se o discente responder que precisa ser atualizado, que
216 haja um campo para que ele explique o porquê dessa necessidade. Professor Ronaldo sugeriu
217 substituir a opção “não sei opinar” por “prefiro não opinar”, argumentando que isso seria mais
218 adequado politicamente e evitaria constranger respondentes. Professor Cesar explicou que o
219 grupo havia diferenciado as expressões porque “não sei opinar” indicaria desconhecimento real
220 do tema, enquanto “prefiro não opinar” indicaria escolha deliberada de não responder. Apesar
221 disso, o GT aceitou alterar a maior parte das ocorrências para “prefiro não opinar”, mantendo
222 “não sei opinar” apenas em situações específicas. Houve ampla discussão sobre o uso do termo
223 “coordenação”. Professor Ronaldo observou que, pelas normas institucionais, “coordenação”
224 não se refere apenas ao coordenador e vice, mas também ao colegiado do curso. Ele defendeu
225 que o formulário especificasse claramente quem estaria sendo avaliado. Professora Carolina
226 Bezerra afirmou que, inicialmente, o GT pensou principalmente nas figuras do coordenador e
227 vice-coordenador, especialmente porque os estudantes normalmente se relacionam diretamente
228 com essas pessoas. Professor Cesar acrescentou que, na prática, as questões sobre acesso,
229 resolução de problemas e condução das plenárias recaem majoritariamente sobre coordenador
230 e vice. Ao final desse debate, consolidou-se o entendimento de que: i) nas perguntas dirigidas
231 aos estudantes, o formulário passaria a mencionar explicitamente “coordenador/coordenadora
232 e vice”; ii) nas perguntas dirigidas aos docentes, permaneceria o termo “coordenação”,
233 entendido como instância colegiada. Em seguida, tratou-se da possibilidade de estudantes
234 vinculados a Cursos Interdisciplinares de Ingresso avaliarem Cursos de Formação Específica
235 com os quais já estão fortemente envolvidos, mesmo sem matrícula formal. Professor Antônio
236 argumentou que muitos estudantes já cursam disciplinas dos Cursos de Formação Específica
237 antes da matrícula definitiva e, portanto, deveriam poder avaliar esses cursos. Ele sugeriu
238 permitir que o próprio estudante escolhesse qual curso deseja avaliar. Professora Thais reforçou
239 essa preocupação, especialmente no BC&H, observando que muitos alunos passam anos
240 frequentando, predominantemente, disciplinas de um Curso de Formação Específica sem nunca
241 avaliá-lo formalmente. Professor Cesar ponderou que o sistema atual vincula automaticamente
242 a avaliação ao curso em que o estudante está matriculado e que permitir escolha livre exigiria
243 mudanças técnicas e conceituais importantes. Professora Fernanda destacou que a avaliação
244 institucional possui função oficial perante o MEC e, por isso, precisa manter consistência
245 metodológica. Ao mesmo tempo, reconheceu a dificuldade de representar adequadamente os
246 percursos formativos dos estudantes dos Cursos Interdisciplinares de Ingresso. Ficou decidido
247 que: i) o tema da operacionalização do sistema ainda poderá ser aperfeiçoado posteriormente;
248 ii) a prioridade naquele momento era aprovar o conteúdo do formulário; e iii) a metodologia
249 de aplicação poderá ser reavaliada futuramente com base nos resultados obtidos. Professor
250 Samon questionou a necessidade de aplicação anual do formulário, sugerindo que avaliações
251 alternadas entre Cursos Interdisciplinares de Ingresso e Cursos de Formação Específica
252 poderiam reduzir o desgaste dos estudantes. Professor Cesar defendeu a manutenção da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

253 periodicidade anual, argumentando que o formulário ficou mais curto e rápido de responder,
254 além de permitir o acompanhamento contínuo da evolução dos cursos. Professora Fernanda
255 acrescentou que a Resolução já prevê aplicação anual e destacou a importância institucional
256 desses dados para avaliações externas e processos do MEC. Também houve debate sobre a
257 pergunta relacionada à participação da representação discente nas decisões das plenárias de
258 curso. A representante discente Nyla afirmou que muitos estudantes não sabem se sua
259 representação é efetivamente ouvida nas plenárias, o que dificultaria respostas consistentes.
260 Professor Cesar argumentou que, justamente por isso, a pergunta é importante: respostas
261 negativas ou desconhecimento revelariam problemas institucionais na participação estudantil.
262 Após discussão, decidiu-se manter a pergunta, preservando a opção “não sei opinar”
263 especificamente nesse caso. Professora Fernanda sistematizou as alterações incorporadas
264 durante o debate: i) substituição geral de “não sei opinar” por “prefiro não opinar”; ii)
265 manutenção de “não sei opinar” apenas na questão sobre representação discente; iii)
266 substituição de “atualizado” por “modificado” na pergunta sobre o PPC; e iv) explicitação de
267 “coordenador/coordenadora e vice” nas perguntas dirigidas aos estudantes. Em seguida, propôs
268 o encaminhamento do tema para a Ordem do Dia. Secundada a proposta, na Ordem do Dia,
269 sem outras manifestações, colocou a proposta de Formulário de Avaliação de Curso em
270 votação, sendo aprovada com uma abstenção. Professora Fernanda agradeceu ao GT pelo
271 trabalho e ressaltou que a Comissão de Graduação continuará acompanhando os resultados da
272 implementação do novo processo avaliativo. 4) Adequação dos Documentos complementares
273 à parte I e II da Licenciatura em Ciências Naturais e Humanas (LCNE). Professora Fernanda
274 informou que, após a aprovação da revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura
275 em Ciências Naturais e Exatas (LCNE), estavam sendo apresentados à Comissão de Graduação
276 os documentos complementares à parte I e II do PPC, para consolidação do conjunto completo
277 de documentos do curso. Professor Alessandro apresentou as alterações realizadas nos
278 documentos: Lista de disciplinas de opção limitada: explicou que as alterações foram pontuais
279 e concentradas principalmente na atualização de referências ao PPC 2026, na inclusão de
280 disciplinas sugeridas por docentes e na ampliação da oferta de disciplinas com carga
281 extensionista. Destacou que essa ampliação ocorreu especialmente porque os estágios da
282 LCNE deixaram de possuir carga extensionista, em razão de mudanças na legislação. Assim, o
283 curso buscou incorporar disciplinas que já possuíam carga extensionista para compensar essa
284 alteração. Entre as mudanças apresentadas: i) algumas disciplinas passaram a integrar o rol de
285 disciplinas de opção limitada; ii) as disciplinas “Bases Conceituais da Energia” e “Tópicos
286 Contemporâneos em Educação” deixaram de ser obrigatórias e passaram a ser de opção
287 limitada; e iii) várias disciplinas com carga extensionista foram incorporadas ao conjunto de
288 disciplinas de opção limitada. Professor Alessandro também esclareceu que uma disciplina
289 aparecia duas vezes na tabela apenas por questão de organização do documento, mas seria
290 contabilizada uma única vez. Equivalências e carga extensionista: na apresentação do segundo
291 documento, professor Alessandro explicou que as alterações buscavam atualizar referências ao
292 novo PPC e explicitar as equivalências entre matrizes curriculares anteriores e a nova matriz
293 de 2026. Destacou especialmente: i) os estágios supervisionados 1 e 3 deixaram de possuir
294 carga extensionista no novo PPC, devido às restrições legais atuais; ii) estudantes vinculados a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

295 Projetos Pedagógicos de Curso anteriores e que já cursaram esses estágios manterão a carga
296 extensionista registrada; iii) estudantes antigos que ainda não cursaram os estágios precisarão
297 cumprir a carga extensionista em outras disciplinas; iv) a disciplina “Base Experimental das
298 Ciências Naturais” passou a possuir carga extensionista para ingressantes a partir de 2026.
299 Também apontou um erro material no documento, onde constava “PPC 2025” em vez de “PPC
300 2026”. Professora Fernanda questionou a classificação do componente “Estágio
301 Supervisionado em Física 3 - Nível Médio”, observando que ele aparecia como obrigatório.
302 Professor Alessandro explicou que, embora os estágios específicos fossem disciplinas de opção
303 limitada, o documento utilizava a classificação de obrigatório porque os estudantes precisavam
304 escolher obrigatoriamente um conjunto mínimo dessas disciplinas. Após esclarecimento, ficou
305 definido que a redação seria revisada para evitar interpretações equivocadas. Professora
306 Fernanda abriu para manifestações. Professor Antônio sugeriu incluir, no conjunto 2 das
307 disciplinas de opção limitada, “Física Experimental 1”, “Física Experimental 2”, “Física
308 Experimental 3” e “Óptica e Relatividade”. Argumentou que essas disciplinas já estão sendo
309 cursadas pelos estudantes e que elas substituem disciplinas antigas do Bacharelado em Física
310 que não são mais oferecidas. A sugestão foi acatada pelo proponente. Após as discussões,
311 professora Fernanda encaminhou a proposta para a Ordem do Dia. Na Ordem do Dia, sem
312 outras manifestações, colocou a proposta em votação, sendo aprovada com uma abstenção.
313 Encerrada a pauta, professora Fernanda agradeceu a todos e encerrou a sessão às dezesseis
314 horas e vinte e oito minutos. A presente Ata foi lavrada por nós, Edna Maria de Oliveira
315 Loureiro, Assistente em Administração, e Thiago Vinicius Pereira Graciano de Souza,
316 Estagiário, e aprovada pelos professores Fernanda Graziella Cardoso e Cesar Monzu Freire e
317 pelos demais membros presentes. -----

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO
Presidente

CESAR MONZU FREITE
Vice-Presidente

EDNA MARIA DE OLIVEIRA LOUREIRO
Assistente em Administração

THIAGO VINICIUS P. G. DE SOUZA
Estagiário